

ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 12 /2023



"Nomeia servidor COMISSIONADO que se menciona na Função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO Legislativo, e dá outras providências."

O Presidente do Poder Legislativo; Estado de Minas Gerais, ÉDER MÚCIO DO AMARAL, no uso de suas atribuições, nos termos das leis 1.718 de 2022 e 1.770/2023, considerando a necessidade de organizar os serviços do Poder Legislativo:

CONSIDERANDO a inexistência de servidor efetivo disponível que exerce atividades correlatas a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO.

CONSIDERANDO a existência de servidor comissionado disponível para exercer a função.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Servidora KAMYLLA SILVA LIMA, para ocupar a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO, ficando-lhe assegurados todos os direitos, vantagens e deveres constantes nas leis 1.718/2022 e 1.770/2023 e suas alterações.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Gonçalo do Pará, 03 de abril de 2023.

ucio Do Amara

PRESIDENTE

Publicado e



CNPJ - 03.857.824/0001-70

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA



São Gonçalo do Pará, 19 de Maio de 2023.

De: Presidência da Câmara Municipal de São Gonçalo do Pará.

Para: Agente de Contratações.

1 - DO OBJETO

1.1 - contratação de empresa para fornecimento de Câmeras e Stand Alone para instalação no plenário da Câmara Municipal

1.22 - DA JUSTIFICATIVA

- 2.1 A contratação em questão se faz necessária tendo em vista a necessidade de troca dos equipamentos do plenário da câmara municipal, uma vez que os equipamentos instalados estão com defeito.
- 2.2 Dessa forma, a presente aquisição é necessária para que seja feito as gravações e transmissões das reuniões que acontecem semanalmente.

3 - DAS ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

3.1 Fornecimento e instalação de: 01 Stand Alone hibrido DHD 08 CH E 08 Câmera Infr CHD IP COLOR Fuul 3.6mm

4- VALOR ESTIMADO

O valor estimado da presente contratação é de R\$ 7.240,00 (sete mil, duzentos e quarenta reais).

5- DISPONIBILIDADES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS PARA A DESPESA.

5.1 - O pagamento será feito por meio da seguinte dotação orçamentária, conforme Lei Municipal:

01.01.01.01.031.0001.2001.44905200

5.2-As disponibilidades orçamentárias e financeiras estão sujeitas à alteração para adequação do orçamento aprovado para o Órgão.

6 - DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS

6.1 – O fornecimento dos equipamentos e a prestação dos serviços deste certame será precedido de solicitação formal da Câmara Municipal de São Gonçalo do Pará direcionado a empresa contratada, mediante apresentação de Nota de Autorização de



CNPJ - 03.857.824/0001-70

Fornecimento (NAF) ou documento equivalente contendo a descrição dos serviços solicitados.

6.2 - Todos os serviços serão prestados conforme **ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E AVALIAÇÃO DE CUSTOSPREVISTA POR PERÍODO** deste Termo de Referência de acordo com o solicitado pela Agente de Contratações e Presidência da Câmara Municipal.

7 - DOS PRAZOS

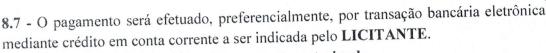
7.1 - A prestação do serviço e fornecimento dos equipamentos será realizada de forma imediata.

8 - DO PAGAMENTO

- **8.1** O pagamento será realizado após a realização dos serviços, fornecimento dos equipamentos e emissão da nota fiscal e o de acordo com o aceite do Presidente da Câmara Municipal, ou seja, é preciso que a nota tenha sido aprovada.
- **8.2** Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto da licitação.
- **8.3** A Nota Fiscal correspondente deverá constar o número do procedimento licitatório a que lhe deu origem, e ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao representante da Câmara Municipal de São Gonçalo do Pará, que somente atestará a execução dos serviços e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.
- **8.4** Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante da Câmara Municipal de São Gonçalo do Pará e o pagamento ficará pendente até que o prestador providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de São Gonçalo do Pará.
- **8.5** O município de São Gonçalo do Pará poderá sustar o pagamento a que a **LICITANTE** tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes do contrato e/ou não recolhimento de multa aplicada.
- **8.6** Os pagamentos efetuados ao **LICITANTE** não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade dos serviços executados.



CNPJ - 03.857.824/0001-70



8.8 - Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

9 - DAS RESPONSABILIDADES DA LICITANTE/PROFISSIONAL CONTRATADO

9.1 - São obrigações do contratado, além de outras decorrentes da legislação ou da natureza do objeto licitado:

a - Responsabilizar-se pela execução dos serviços em estrita conformidade com as especificações exigidas no Edital e seus anexos.

b -Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pela prestação de serviços, aos usuários e instrumentos.

 ${f c}$ - Outras obrigações decorrentes da natureza do objeto, além de outras previstas no Edital e na minuta do Contrato.

10 - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICIPIO

10.1 - São obrigações do Município:

a - Notificar a **LICITANTE** sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto do procedimento licitatório, fixando-lhe quando não pactuado, prazo para corrigilas;

b - Fornecer à **LICITANTE** todas as informações necessárias à fiel execução do objeto desta licitação;

 c - Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, que estará condicionado à efetiva execução da prestação dos serviços;

d - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado realizados em desacordo com as obrigações assumidas pela LICITANTE, indicando as razões da recusa.

e - Receber os serviços e realizar sua análise quanto à quantidade e qualidade.

11 - METODOLOGIA/CRITÉRIO DE JULGAMENTO

11.1 - O critério de aceitação/julgamento das propostas será o de menor preço.

Eder Mucio do Amaral

CAMAKA MUNICIPAL DE SAU GUNÇALU DU PAKA – MG



CNPJ - 03.857.824/0001-70

ESTIMATIVA DE DESPESA

(art. 72, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21)



Certifico que a pesquisa de preço foi realizada conforme as normas estabelecidas no art. 23 da Lei federal nº 14.133/21. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 7.240,00 (sete mil, duzentos e quarenta reais)**, conforme custos unitários apostos na pesquisa de preço em anexo.

Ressalta-se, que a pesquisa de preços foi realizada com 03 (três) prestadores de serviço, mediante solicitação formal de cotação, nos termos do art. 23, §1°, IV, da Lei Federal nº 14.133/21. Deste modo, justifica-se a escolha dos respectivos fornecedores e pelas seguintes razões:

- As empresas que apresentaram propostas tratam-se de empresas com experiência no objeto e reconhecimento na região.
- 2. As empresas já realizaram esse tipo de fornecimento conforme o objeto no município.
- 3. Conforme contato com outras empresas onde foi fornecido o material e a prestação dos serviços, foi constatado que atenderam com excelência e eficácia.

Por fim, declaro que eu Eder Mucio do Amaral, sou responsável pelas informações obtidas e pela veracidade das informações.

São Gonçalo do Pará MG, 19 de Maio de 2023.

Eder Mucio do Amaral



CNPJ - 03.857.824/0001-70



RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

(art. 72, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21)

Em análise aos presentes autos, observamos que foram realizadas pesquisas de preços junto a 03 (três) fornecedores, nos termos no art. 23, §1°, IV, da Lei Federal nº 14.133/21, tendo a empresa Cristina Magna Melo Amaral , apresentado o menor preço para a prestação dos serviços e fornecimento do objeto.

Deste modo, tendo em vista que no julgamento por menor preço deve se considerar o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 14.133/21, foi selecionado a respectiva empresa como vencedora e solicitado o envio dos documentos de habilitação e qualificação técnica necessária.

Analisando os documentos enviados pela empresa, constou-se que ela cumpriu plenamente os requisitos da contratação e comprovou possuir experiência suficiente para regular execução dos serviços.

Deste modo, inexistindo razões que desabonasse a contratação da empresa, tem-se justificado a razão da escolha do fornecedor.

São Gonçalo do Pará, 22 de Maio de 2023.

Eder Mucio do Amaral

CAMAKA MUNICIPAL DE SAO GONÇALO DO PAKA - MIG



CNPJ - 03.857.824/0001-70



JUSTIFICATIVA DO PREÇO

(art. 72, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/21)

No processo em epígrafe, verificou-se a necessidade de realizar cotações direta com fornecedores devido à natureza do objeto. Buscando averiguar os valores praticados na região, entre pessoas jurídicas do mesmo ramo de atividade, foi realizada 3 (três) cotações de preços com as seguintes empresas:Prestador: Cristina Magna Melo Amaral, valor proposto R\$ 7.240,00 (sete mil, duzentos e quarenta reais)

- Fornecedor: Cristina Magna Melo Amaral, valor proposto R\$ 7.240,00 (sete mil e duzentos e quarenta reais)
- Fornecedor: Antonio Silva de Sousa, valor proposto R\$ 8.280,00 (oito mil, duzentos e oitenta reais)
- Prestador: Walter Henrique do Amaral Informática, valor proposto R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)

A despeito do tema, o TCU, por meio do informativo de licitações e contratos nº 248/2015, dispõe:

"A justificativa do preço em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/93) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima; (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os preços praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas.

Ato contínuo, foi realizada análise crítica dos preços coletados, verificando a razoabilidade da aferição do preço médio, com a desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados.

Após análise, concluiu-se que os valores apresentados pelos prestadores encontravam-se dentro dos preços praticados no mercado, razão pela qual tem-se justificado os preços.

São Gonçalo do Pará -MG,22 de Maio de 2023.

Eder Mucio do Amaral



CNPJ - 03.857.824/0001-70



DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de São Gonçalo do Pará-MG, Sr. Eder Mucio do Amaral, em observância ao art. 72, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/21, tendo em vista o julgamento do Processo Administrativo autuado sob n 17/2023, Dispensa de Licitação nº15/2023, com o objetivo da contratação de empresa para fornecimento de Câmeras e Stand Alone para instalação no plenário da Câmara Municipal, houve por bem **AUTORIZAR** a contratação em epígrafe, com o julgamento do certame em favor da empresa vencedora, conforme abaixo relacionado:

Empresa	Valor Autorizado
CRISTINA MAGNA MELO AMARAL	R\$ 7.240,00

Ademais, requer ao setor de licitação que, nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 14.133/21, convoque a empresa vencedora para assinar o termo de contrato ou retirar sua proposta com a devida justificativa, dentro do prazo de 05 dias úteis, sem prejuízo das sanções previstas.

São Gonçalo do Pará-MG, 22 de Maio de 2023.

Eder Mucio do Amaral